

Exame obrigatório para formando causa polêmica

Histórico escolar do aluno terá a nota final obtida no exame a ser preparado por associação

A mudança que provocou maior polêmica na entrevista do ministro Paulo Renato foi o exame de final de curso obrigatório a todo estudante universitário do País. O exame será nacional e aplicado sempre na mesma data; o ministro adiantou que possivelmente a prova será feita sempre no semestre final de cada ano letivo. O objetivo da medida não é avaliar e autorizar qualquer desempenho profissional. "Esta não é a função do MEC", assegurou o ministro Paulo Renato. "É sim construir uma cultura de qualidade no ensino superior brasileiro."

O histórico escolar final do aluno obrigatoriamente deverá conter a nota dessa prova nacional. As diferentes associações de classe — co-

mo o Conselho Federal de Medicina — serão chamadas a participar dos critérios de preparo dessa prova que, segundo o ministro, terá sua aplicação entregue a entidades especializadas como a Fundação Carlos Chagas. As notas dos alunos de cada universidade servirão de ponto de referência para a avaliação da escola na hora do recredenciamento. Segundo o ministro Paulo Renato, "entre outros critérios", o desempenho dos alunos funcionará como um sinal do desempenho da escola.

A questão do recredenciamento obrigatório a cada cinco anos justifica-se, no dizer do ministro da Educação, porque "a universidade privada está fora de controle". Paulo Renato informou ter conhecimento de "processos de franchising de algumas universidades privadas" que chegam a estabelecer "uma autêntica guerra territorial" na disputa por aluno. O ministro insistiu que a razão maior desse

ponto da MP está em uma má compreensão, "abusiva" do artigo 207 da Constituição Federal que assegura direitos da iniciativa privada na educação nacional. Segundo Paulo Renato, essa "má interpretação" do artigo tem provocado um descontrole dessas instituições pelo MEC.

Os novos critérios de escolha dos reitores foram motivados por diversas distorções encontradas pela equipe do MEC nesses dois primeiros meses de gestão. As listas sextuplas envolviam sempre chapas completas, compostas pelo mesmo grupo de professores. Quando o ministro escolhe um nome está privilegiando uma linha de pensa-

mento ou de posição política na universidade. Paulo Renato considerou tal procedimento uma deturação do "necessário espírito pluralista que deve existir em uma universidade": Com a mudança a lista tríplice será obrigatoriamente nominal, evitando-se a votação em chapas fechadas. O crescimento da importância proporcional do voto do docente também se insere nessa recuperação do autêntico espírito universitário, evitando a distorção, encontrada segundo o ministro por exemplo na Universidade Federal Fluminense, em que um ex-presidente da associação dos funcionários "fechou acordo político" de apoio a um can-

didato a reitor, depois eleito, em troca de "apoio na próxima eleição do funcionário para reitor".

A questão do título acadêmico do servidor, segundo o ministro, foi resolvida com o curso de Direito em faculdade particular e uma nomeação no quadro de professores. O ministro contou também a "sabatina" que teve de aplicar em seis candidatos a reitor de uma universidade rural para fundamentar sua escolha, "baseada em critérios de capacidade", agora em janeiro. Por esses fatos Paulo Renato incluiu na MP a ser submetida ao Congresso o fortalecimento no peso dos votos dos professores na escolha dos reitores das universidades federais.

A justificativa do ministro era de que uma reforma tão ampla da educação por medida provisória foi "sinalizar ao Congresso qual é a posição do Executivo, quando o Legislativo está em fase final de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação".

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE SERÃO CONVIDADAS A PARTICIPAR DO PREPARO DA PROVA

Universidade Federal Fluminense, em que um ex-presidente da associação dos funcionários "fechou acordo político" de apoio a um can-